

O pacto do diabo

Quércia diz que apóia Ulysses para primeiro-ministro

Janio de Freitas

Acabou a anestesia

O efeito mais agudo e inovador do Novo Cruzado, comparando-se as suas implicações às de outras consequências do plano, não está explícito em nenhum dos decretos, percentuais, tablitais ou o que o valha: é a injeção de vida no movimento sindical, que o "gatilho" estava exterminando à mingua.

Só há uma explicação para a passividade com que a população conviveu com estes meses de degringolada geral da vida econômica, limitando sua reação a palavras de crítica e deslento. Houve uma espécie de amortecimento generalizado, só explicável pela certeza de que as causas da indignação logo seriam neutralizadas pelo disparo do "gatilho". É claro que se tratava mais de sensação do que de certeza mesmo, mas o "gatilho", desde que se armou para seu primeiro disparo, funcionou como ação anestésica dos impulsos reivindicatórios. E se o sindicato só é relacionado, às vistas do assalariado brasileiro, com reivindicação salarial, tinha toda procedência a perplexidade desesperante em que estavam as lideranças sindicais, à procura, em infundáveis e sempre frustrantes reuniões, de qualquer motivação para a sobrevivência do sindicalismo. O Novo Cruzado ofereceu-lhes o revigorante que não encontravam — e nem sonhavam encontrá-lo tão poderoso.

Não se trata, porém, da simples revitalização do movimento sindical já exangue. A relevância especial deste fato vem de sua coincidência com o início da etapa em que a Constituinte, enfim, definirá mesmo as novas regras da vida no país. Diante desta etapa, o movimento sindical, em uma sociedade tão carente de representações organizadas e ativas, seria como que o mobilizador único das classes a que a nova Constituição menos está prometendo, até agora. A falta do seu fator de aglutinação, que é a defesa dos salários, as lideranças sindicais estavam, porém, imobilizadas. Pelo que se pode perceber das reações ao pacote anti-salarial, logo deixarão de estar.

A precipitação do pacote e a exigência do congelamento, feitas em comum pelo presidente Sarney e pelo deputado Ulysses Guimarães, para facilitar o trânsito do mandato de cinco anos no PMDB, sofrem, então, o risco de levar a resultado inverso.

O que até estaria na tradição deste governo.

Mais esclarecimentos

Alertado por amigos, já na tarde de ontem, de que estava sendo esperado na CPI que examina o caso da ferrovia chamada Norte-Sul, enviei ao senador João Menezes um telex esclarecendo que não recebera qualquer convite. E, ainda, que a única comunicação, presumivelmente, sobre o assunto, foi um telefonema já às 10h30 de ontem mesmo, da Varig para a Sucursal da Folha no Rio, informando sobre passagem à minha disposição de São Paulo para Brasília.

A este esclarecimento é necessário acrescentar dois outros. Ao ler, horas depois, o recado da empresa aérea, constatei tratar-se de Vasp e não de Varig, como me fora transmitido. E também ao chegar à Sucursal no fim da tarde, verifiquei que chegara ontem, pelo malote da Redação de São Paulo para o Rio, a convocação do senador, postada em Brasília no dia 10. O ofício fora remetido para São Paulo — e resido e trabalho no Rio — presumindo-se sua entrega pelo Correio na sexta-feira. Foi lógico que só chegasse ao destinatário pelo malote posterior ao fim-de-semana e ao feriado.

A ausência não foi intencional, pois, como transmiti à CPI no telex, "já expus publicamente, no meu trabalho de jornalista, as informações por mim disponíveis a respeito do episódio, entidades oficiais, empresas e pessoas que deram ensejo à CPI, não tendo qualquer acréscimo a fazer de modo a justificar, sequer, o tempo que a mim dedicassem congressistas constituintes". O que, de resto, ficou claro no depoimento que fui prestar na Polícia Federal com o intuito de demonstrar que, apesar dos inequívocos aspectos intimidatórios de que se revestia o convite da PF, não tenho motivos para intimidar-me por ter apenas cumprido meus deveres simultâneos de cidadão e jornalista.

Como é difícil, aliás, tentar fazer jornalismo neste país. Quem sai um pouco da mera coleta de declarações levanta, de imediato, ondas de irritação e antipatia, avalanches de contestação e, de repente, pode ser ver até às voltas com depoimentos que não se exigem nos casos de inverdades. É pior do que difícil: é muito insensato tentar fazer jornalismo neste país.

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

O governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), 48, disse ontem às 18h30, em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes (zona sul), que "vê com simpatia" a eventual indicação do presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, para o cargo de primeiro-ministro, caso o sistema "neoparlamentarista" de governo seja aprovado pelo Congresso constituinte. A indicação de Ulysses para o cargo de primeiro-ministro foi feita anteontem pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna e é um desdobramento do que ficou conhecido como "pacto do diabo" entre o presidente José Sarney e Ulysses Guimarães.

Quércia afirmou que não é favorável ao "neoparlamentarismo" aprovado pela Comissão de Sistema de Governo ("apóio o presidencialismo ou o parlamentarismo puro"), mas acrescentou que, se este sistema for aprovado, vai assegurar seu apoio "ao doutor Ulysses".

Comentando o resultado da pesquisa publicada pela Folha no último domingo, segundo a qual 43% dos paulistanos consideram seu governo "ruim" ou "péssimo", o governador disse: "nunca acreditei nas pesquisas da Folha, e continuo não acreditando".

Richa

O senador José Richa (PMDB-PR), 52, disse ontem, em Brasília, que o lançamento do nome de Ulysses para primeiro-ministro "é precipitado e inoportuno, na medida em que propicia uma guerra de grupos capaz de inviabilizar a Constituinte".

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), 57, afirmou que não tem restrições ao nome de Ulysses, acrescentando, porém, que o presi-

Sant'Anna questiona convenção

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), questionou ontem a "legalidade" da convocação da convenção nacional do PMDB para os dias 18 a 19 de julho. Na sua opinião, a convenção deveria ter sido simplesmente cancelada: "Ela não servirá para nada, a não ser para simples referência", afirmou.

Por outro lado, o líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), considera que, embora duas comissões tenham aprovado o mandato de cinco anos



Covas, que acha prematuro indicar nomes para premiê, olha Ulysses pelas costas

Delfim faz elogios e aprova indicação

O lançamento do nome de Ulysses para primeiro-ministro obteve ontem o apoio de dois deputados de correntes bem distintas. Delfim Netto (PDS), 59, de direita, disse que "Ulysses é um ótimo nome, e já tem o meu voto para ser primeiro-ministro". Já o líder do PCB, Roberto Freire (PE), 45, de esquerda, afirmou que seu partido apoiaria Ulysses, "se isto viabilizasse a unidade do PMDB".

Também ontem, discursando da tribuna da Câmara, o líder do PT, Luis Inacio Lula da Silva (SP), 41, dirigiu-se a Ulysses, que presidia a sessão, e disse: "A Folha diz hoje que o sr. foi lançado candidato a primeiro-ministro, mas para mim o sr. já é o primeiro-ministro há muito tempo".

Procurado pela Folha para comentar o lançamento de seu nome a primeiro-ministro, Ulysses não des-

cartou a hipótese. Da primeira vez, em seu gabinete, disse que "o sistema de governo nem foi aprovado ainda, agora vamos agilizar o trabalho da Constituinte". Pouco depois, às 16h, quando se dirigia ao plenário da Câmara, limitou-se a dizer que sua "única preocupação, neste momento, é colaborar para fazer uma Constituição à altura do povo brasileiro".

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), 47, entregou ontem ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, documento assinado por 321 convencionais do partido convocando a convenção nacional peemedebista para discutir, entre outros temas, a duração do mandato do presidente José Sarney, o sistema de governo e a reavaliação da Aliança Democrática.

O que é 'pacto do diabo'

Da Redação da Folha

"Pacto do diabo" é a denominação que surgiu entre os dirigentes do PMDB para se referirem aos indícios de um acordo entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. O pacto ficou patente depois do discurso presidencial de 18 de maio em que Sarney declarou que havia decidido ficar cinco anos no cargo. Apesar de Sarney ter atropelado o Congresso constituinte, órgão presidido pelo deputado, ao tomar a "decisão" unilateral sobre o mandato, Ulysses não esboçou qualquer reação, tendo pelo contrário manifestado apoio à tese dos cinco anos. Até então Ulysses hesitava publicamente entre os quatro e os cinco anos. A imagem de pacto com o diabo ficou conhecida, na literatura, através do "Fausto" de Goethe.